

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ
Estado do Paraná

Ivaiporã, 15 de agosto de 1994

PROJETO DE LEI Nº 26/94

Súmula: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 1995 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

L E I :-

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

- Art. 1º - Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, para a elaboração dos Orçamentos, relativos ao exercício financeiro de 1995.
- Art. 2º - Na estimativa das Receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, constantes do capítulo V, da presente Lei.
- Art. 3º - As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município, terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades e rendimentos.
- Art. 4º - A manutenção de atividades, bem como, a conservação de bens públicos, terão prioridades sobre as ações de expansão e novas obras.
- Art. 5º - Os projetos em fase de execução, terão preferência sobre novos projetos, especialmente aqueles que exijam contrapartida do Município.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IVAIPORA
Estado do Paraná

Procedimento nº 12.000.000/2004

PROPOSTA DE LEI Nº 001/2004

Objeto: Alterar as Dispositivas Organizacionais,
para o novo ciclo financeiro de 2005 e de
outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORA, ESTADO
DO PARANÁ, PORQUE E ELA, PREFEITO MUNICIPAL
PÃO, FAZENDO A SEGUINTE

LEI Nº 001/2004

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO GERAL

Art. 1º - Esta Lei estabelece as normas gerais para a organização
dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, para o ciclo financeiro de 2005.

Art. 2º - As atividades das secretarias serão organizadas de acordo com
as atribuições de cada uma delas, constantes do Plano de Trabalho.

Art. 3º - As atividades relativas às atividades administrativas, econômicas,
jurídicas, sociais, culturais, esportivas e recreativas, deverão ser
exercidas pelo Poder Executivo Municipal, sob a direção do Prefeito Municipal.

Art. 4º - A organização de atividades, bem como, a administração de bens
materiais, serão exercidas pelo Poder Executivo Municipal, sob a direção do Prefeito Municipal.

Art. 5º - Os serviços de natureza técnica, científica, cultural, artística,
esportiva, recreativa, social, econômica, jurídica, administrativa, de
planejamento e de controle, serão exercidos pelo Poder Executivo Municipal, sob a direção do Prefeito Municipal.

Art. 6º - Serão assegurados os recursos necessários para as despesas de capital, em consonância com as atividades e projetos orçamentários, relacionados com as metas e prioridades estabelecidas nesta Lei.

Art. 7º - As alterações na política de pessoal e respectivas despesas, obedecerão as disposições constantes no Capítulo VI, da presente Lei.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 8º - Na fixação das despesas serão observadas as prioridades assim especificadas:

I - LEGISLATIVA

- a)-dar continuidade e aperfeiçoar o processo legislativo, para atendimento as matérias de competência municipal;
- b)-aprimorar os métodos de fiscalização financeira e orçamentária do Município;
- c)-aquisição de terreno e construção da nova Câmara Municipal de Vereadores.

II - JUDICIÁRIA

- a)-promover a assistência jurídica.

III - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- a)-proporcionar condições de supervisionar e coordenar os serviços administrativos do Município;
- b)-aperfeiçoar o sistema de planejamento, orçamentação e controle interno;
- c)-executar os serviços de coordenação dos conselhos comunitários;
- d)-promover os serviços de divulgação oficial de atos municipais, bem como a divulgação do Município;
- e)-proporcionar condições de funcionamento da Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA;
- f)-proporcionar condições de funcionamento do Posto de Identificação;
- g)-proporcionar condições de aquisição de imóveis para uso da Administração;
- h)-promover a manutenção e guarda da frota mecanizada municipal;
- i)-proporcionar condições de ampliação e remodelação do Edifício Sede da Prefeitura Municipal;
- j)-promover a construção da oficina mecânica e garagem municipal;
- k)-promover os serviços de cadastro tributário, tributação municipal e fiscalização tributária;
- l)-promover os serviços de contabilidade municipal;
- m)-promover os serviços de tesouraria municipal;

Art. 1º - Esta Lei estabelece as normas gerais de organização e funcionamento dos órgãos e entidades da administração pública municipal, bem como a estrutura e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração pública municipal, bem como a estrutura e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração pública municipal.

ARTIGO II

DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º - As principais funções da administração municipal são:

I - LEGISLATIVA

- a) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento econômico e social;
- b) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento urbano;
- c) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento cultural;
- d) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento ambiental;
- e) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento científico e tecnológico;
- f) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento esportivo e recreativo;
- g) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento turístico;
- h) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos humanos;
- i) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos financeiros;
- j) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos materiais;
- k) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos energéticos;
- l) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de informação;
- m) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de comunicação;
- n) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de transporte;
- o) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de saneamento;
- p) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de saúde;
- q) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de educação;
- r) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de cultura;
- s) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de lazer;
- t) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de segurança;
- u) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de defesa;
- v) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de ordem pública;
- w) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de justiça;
- x) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de administração;
- y) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de controle;
- z) - elaborar o plano municipal de desenvolvimento de recursos de avaliação;

II - JURISDIÇÃO

- a) - exercer a jurisdição municipal;

III - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO

- a) - administrar o patrimônio municipal;
- b) - administrar o pessoal municipal;
- c) - administrar o serviço municipal;
- d) - administrar o planejamento municipal;
- e) - administrar o controle municipal;
- f) - administrar o orçamento municipal;
- g) - administrar o sistema de informação municipal;
- h) - administrar o sistema de comunicação municipal;
- i) - administrar o sistema de transporte municipal;
- j) - administrar o sistema de saneamento municipal;
- k) - administrar o sistema de saúde municipal;
- l) - administrar o sistema de educação municipal;
- m) - administrar o sistema de cultura municipal;
- n) - administrar o sistema de lazer municipal;
- o) - administrar o sistema de segurança municipal;
- p) - administrar o sistema de defesa municipal;
- q) - administrar o sistema de ordem pública municipal;
- r) - administrar o sistema de justiça municipal;
- s) - administrar o sistema de administração municipal;
- t) - administrar o sistema de controle municipal;
- u) - administrar o sistema de avaliação municipal;
- v) - administrar o sistema de desenvolvimento municipal;
- w) - administrar o sistema de crescimento municipal;
- x) - administrar o sistema de transformação municipal;
- y) - administrar o sistema de inovação municipal;
- z) - administrar o sistema de conhecimento municipal;

- n)-proporcionar condições de amortização de encargos e do principal de financiamentos já contratados e de outros, que venham a ser contratados.

IV - AGRICULTURA

- a)-promover a assistência e incentivos aos serviços agro-pecuários no Município;
- b)-proporcionar condições de ampliação e melhorias no Parque de Exposições.

V - COMUNICAÇÃO

- a)-proporcionar melhorias no sistema de telefonia, na implantação de postos telefônicos no interior do Município;
- b)-proporcionar condições de instalação e funcionamento de uma repetidora de sinal de TV.

VI - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

- a)-proporcionar condições de funcionamento da Junta de Alistamento Militar;
- b)-proporcionar condições de manutenção dos convênios com a Ciretran e Funrespol, em funcionamento no Município;
- c)-proporcionar condições para a construção da 2ª Cia. do 10º Batalhão da Polícia Militar;
- d)-proporcionar condições para a instalação do Corpo de Bombeiros, em Ivaiporã.

VII - EDUCAÇÃO E CULTURA

- a)-proporcionar condições de concessão de bolsas de estudos, em grau superior, a funcionários públicos municipais;
- b)-manutenção e expansão da rede municipal de ensino fundamental;
- c)-manutenção e expansão da rede municipal de ensino as crianças de 0 a 5 anos;
- d)-construção e reconstrução de prédios escolares no Município;
- e)-construção e reconstrução de creches no Município;
- f)-manutenção e expansão do ensino pré-escolar;
- g)-racionalização e melhorias no transporte escolar;
- h)-proporcionar condições de funcionamento do ensino superior em Ivaiporã, através de subvenções;
- i)-promover o treinamento de professores municipais;
- j)-proporcionar condições de melhorias no atendimento ao excepcional;
- k)-promover a melhoria dos programas de complementação alimentar a estudantes da rede municipal de ensino;
- l)-proporcionar condições de melhorias na Banda de Música Municipal;
- m)-proporcionar condições de funcionamento da orientação técnica pedagógica no Município;

1- Atribuição de funções de natureza técnica e administrativa de caráter permanente e de caráter temporário, de acordo com a necessidade da Administração Pública Federal, em virtude da estruturação da carreira de cada uma das carreiras de provimento público.

IV - ATRIBUIÇÃO

1- Atribuição de funções de natureza técnica e administrativa de caráter permanente e de caráter temporário, de acordo com a necessidade da Administração Pública Federal, em virtude da estruturação da carreira de cada uma das carreiras de provimento público.

V - CONDIÇÕES

1- Atribuição de funções de natureza técnica e administrativa de caráter permanente e de caráter temporário, de acordo com a necessidade da Administração Pública Federal, em virtude da estruturação da carreira de cada uma das carreiras de provimento público.

VI - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

1- Atribuição de funções de natureza técnica e administrativa de caráter permanente e de caráter temporário, de acordo com a necessidade da Administração Pública Federal, em virtude da estruturação da carreira de cada uma das carreiras de provimento público.

VII - EDUCAÇÃO E CULTURA

1- Atribuição de funções de natureza técnica e administrativa de caráter permanente e de caráter temporário, de acordo com a necessidade da Administração Pública Federal, em virtude da estruturação da carreira de cada uma das carreiras de provimento público.

- n)-proporcionar condições de melhorias e manutenção dos serviços da Biblioteca Municipal;
- o)-promover e incentivar a prática de desportos amadores, inclusive com a ampliação do Complexo Desportivo e melhorias, construção e reconstrução de canchas esportivas;

VIII - HABITAÇÃO E URBANISMO

- a)-promover a ampliação e manutenção da rede de iluminação pública, bem como, a instalação de luminárias;
- b)-proporcionar condições de execução e melhorias nos serviços de limpeza pública;
- c)-proporcionar condições de manutenção e melhorias em Cemitérios Municipais;
- d)-proporcionar condições de manutenção, construção e reconstrução de praças, parques e jardins;
- e)-proporcionar condições de construção de casas populares através dos projetos existentes, inclusive com a aquisição de terrenos;
- f)-proporcionar condições de construção de passeios e muros em frente a lotes urbanos, que serão cobrados dos proprietários.

IX - INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- a)-promover o fomento a instalação de indústrias, com a aquisição e a doação de terrenos;
- b)-construção de pré-moldados para pequenas indústrias, no Parque Industrial Municipal.

X - SAÚDE E SANEAMENTO

- a)-proporcionar condições de ampliação da rede de distribuição de água em Distritos e Patrimônios Municipais;
- b)-proporcionar condições de implantação da rede de esgotos sanitários, no perímetro urbano;
- c)-promover a assistência médica e sanitária, através da rede municipal de saúde;
- d)-proporcionar condições de construção e melhorias em imóveis destinados ao atendimento de saúde no Município;
- e)-promover os serviços de defesa do meio ambiente.

XI - TRABALHO

- a)-consolidar o processo de implantação do regime jurídico único;
- b)-manter os serviços de recrutamento, seleção e controle do pessoal, bem como, implantar o sistema de promoção e valorização do servidor público municipal.
- c)-incentivar o treinamento de recursos humanos;
- d)-promover a prática de associativismo e sindicalismo, através de subvenções.

1-...
2-...
3-...
4-...
5-...
6-...
7-...
8-...
9-...
10-...

VIII - HABITAÇÃO E URBANISMO

1-...
2-...
3-...
4-...
5-...
6-...
7-...
8-...
9-...
10-...
11-...
12-...
13-...
14-...
15-...
16-...
17-...
18-...
19-...
20-...

IX - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

1-...
2-...
3-...
4-...
5-...
6-...
7-...
8-...
9-...
10-...

X - SAÚDE E BEM-ESTAR

1-...
2-...
3-...
4-...
5-...
6-...
7-...
8-...
9-...
10-...
11-...
12-...
13-...
14-...
15-...
16-...
17-...
18-...
19-...
20-...

XI - TRABALHO

1-...
2-...
3-...
4-...
5-...
6-...
7-...
8-...
9-...
10-...
11-...
12-...
13-...
14-...
15-...
16-...
17-...
18-...
19-...
20-...



XII - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

- a)-proporcionar condições de funcionamento de serviços previdenciários no Município;
- b)-proporcionar condições de manter os encargos com Inativos e Pensionistas do Município;
- c)-contribuir na forma da Lei, para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;
- d)-promover a assistência social geral no Município;
- e)-promover a assistência comunitária, através de manutenção do Centro Social Urbano e do Programa de Casas Populares;

XIII - TRANSPORTE

- a)-proporcionar condições de manutenção e melhorias no Terminal Rodoviário Municipal;
- b)-proporcionar condições de execução dos serviços de obras preliminares, meio-fios, guias e sarjetas, galerias pluviais e pavimentação asfáltica e outras, em ruas e avenidas da Sede, Distritos e Patrimônios;
- c)-proporcionar condições de manutenção e restauração da lha viária municipal;
- d)-renovação e manutenção de máquinas e veículos rodoviários;
- e)-proporcionar condições de funcionamento do transporte urbano municipal.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

- Art. 9º - O Orçamento Municipal, compreenderá as Receitas e Despesas da Administração Direta e Indireta, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidas na sua elaboração, os princípios de anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio e exclusividade.
- Art. 10 - A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, deverá ser elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo Municipal, para compôr o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, até 30 (trinta) dias antes do seu encaminhamento ao Legislativo.
- Art. 11 - Nos termos do inciso I, parágrafo 9º, do Art. 165, da Constituição Federal, o Poder Executivo Municipal fará encaminhar ao Poder Legislativo Municipal, até 30 (trinta) de agosto de cada ano, o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, para o exercício seguinte.
- Parágrafo 1º - O prazo constante no "caput" deste artigo, poderá ser prorrogado até 30 (trinta) de setembro, desde que seja solicitado pelo Executivo Municipal e devidamente justificado.

- Parágrafo 2º - O não encaminhamento da Proposta Orçamentária, no prazo estabelecido, além de outras possíveis implicações e responsabilidades, prorrogará, automaticamente a Lei Orçamentária, para vigor no ano seguinte.
- Art. 12 - O Poder Legislativo terá o prazo para apreciação da Proposta Orçamentária, esgotado, juntamente, com o encerramento da sessão legislativa, ou seja, até o dia 15 de dezembro, quando deverá encaminhá-lo imediatamente para sanção.
- Art. 13 - Na elaboração do Orçamento Geral do Município, serão observadas as diretrizes específicas, de que trata esta Lei.
- Art. 14 - As despesas com pessoal e encargos, não poderão exceder o limite estabelecido no Art. 38, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Federal do Brasil.
- Art. 15 - As despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, observarão no mínimo o limite fixado no Art. 212, da Constituição Federal do Brasil.
- Art. 16 - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal, somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas com custeio administrativo, operacional e precatórias judiciais, bem como, a contrapartida de programas financiados e aprovados em Lei Municipal.
- Art. 17 - Na fixação da despesa, serão observadas as prioridades e metas determinadas no Art. 8º, desta Lei, bem como, a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.
- Art. 18 - O Orçamento Geral do Município, será estabelecido a preços de agosto de 1994, o qual será corrigido antes do início da execução orçamentária, pelo índice de inflação, no período compreendido entre agosto e dezembro de 1994, bem como, mensalmente, nos meses de 1995, pelo mesmo índice adotado, cujas autorizações e critérios, constarão do Projeto da Proposta Orçamentária para 1995, a ser encaminhada em agosto de 1994, ao Legislativo Municipal de Ivaiporã.

CAPÍTULO IV

DOS ORÇAMENTOS DAS ADMINISTRAÇÕES INDIRETAS

- Art. 19 - Os Orçamentos das Administrações Indiretas, observarão nas suas elaborações, as normas preceituadas na Lei Federal nº 4320/64, quanto a classificação a ser adotada para suas receitas e despesas, bem como, as prioridades e metas especificadas no Art. 8º, desta Lei.
- Art. 20 - As receitas e despesas das Administrações Indiretas, mencionadas no Art. 17, desta Lei, serão estimadas e programadas de acordo com as dotações previstas no Orçamento Geral do Município.

Art. 10 - O Poder Legislativo terá a seguinte composição: o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Supremo Tribunal Federal, o Conselho de Estado, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Art. 11 - O Poder Executivo terá a seguinte composição: o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Conselho de Estado, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Art. 12 - O Poder Judiciário terá a seguinte composição: o Supremo Tribunal Federal, o Conselho de Estado, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Art. 13 - O Poder Legislativo terá a seguinte composição: o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Conselho de Estado, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Art. 14 - O Poder Executivo terá a seguinte composição: o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Conselho de Estado, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Art. 15 - O Poder Judiciário terá a seguinte composição: o Supremo Tribunal Federal, o Conselho de Estado, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Art. 16 - O Poder Legislativo terá a seguinte composição: o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Conselho de Estado, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Art. 17 - O Poder Executivo terá a seguinte composição: o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Conselho de Estado, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Art. 18 - O Poder Judiciário terá a seguinte composição: o Supremo Tribunal Federal, o Conselho de Estado, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Art. 19 - O Poder Legislativo terá a seguinte composição: o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Conselho de Estado, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Art. 20 - O Poder Executivo terá a seguinte composição: o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Conselho de Estado, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Handwritten signature or mark.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 21 - O Município fica obrigado a rever e atualizar a sua legislação tributária, para o exercício de 1995, o que será objeto de Projeto de Lei, a ser enviado a Câmara Municipal, até três meses antes do encerramento do exercício de 1994, dispondo sobre:

I - Revisão do Imposto Predial e Territorial Urbano, buscando atualizar as alíquotas aplicáveis, a planta genérica de valores e suas normas concernentes ao cadastro técnico fiscal;

II - O cálculo para o lançamento, cobrança e recolhimento da contribuição de melhoria.

Art. 22 - O Projeto de Lei Orçamentária, poderá apresentar despesas à conta de receitas decorrentes das alterações da legislação tributária, encaminhadas à Câmara Municipal, na forma do "caput" do Art. 21, desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS ALTERAÇÕES NO QUADRO DE PESSOAL

Art. 23 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a enviar à Câmara Municipal, Projeto de Lei, tratando da ampliação do quadro do pessoal, quando da real necessidade da administração municipal.

Parágrafo Único - Para cumprimento deste artigo, o Município fica autorizado a proceder concurso público, para a admissão de pessoal necessário.

Art. 24 - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo, autorizados a procederem a atualização dos vencimentos e vantagens do quadro próprio de pessoal, de conformidade com os índices oficiais, estabelecidos pelo Governo Federal, no exercício de 1995.

Parágrafo Único - Dado as conveniências e as disponibilidades financeiras, poderão ser concedidos aumentos acima dos índices oficiais, o que será objeto de um Projeto de Lei, a ser enviado à Câmara Municipal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - Não serão admitidas emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, que visem conceder dotação para instalação ou funcionamento de Órgão, que não esteja legalmente constituído.

Art. 26 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CAPÍTULO V

DA ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 54 - A legislação tributária é matéria de competência do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária, bem como a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária.

Art. 55 - A legislação tributária é matéria de competência do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária, bem como a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária.

Art. 56 - A legislação tributária é matéria de competência do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária, bem como a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária.

Art. 57 - A legislação tributária é matéria de competência do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária, bem como a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária.

CAPÍTULO VI

DA ALTERAÇÃO NO QUADRO DE PESSOAL

Art. 58 - A legislação tributária é matéria de competência do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária, bem como a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária.

Art. 59 - A legislação tributária é matéria de competência do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária, bem como a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária.

Art. 60 - A legislação tributária é matéria de competência do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária, bem como a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária.

Art. 61 - A legislação tributária é matéria de competência do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária, bem como a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária.

CAPÍTULO VII

DA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 62 - A legislação tributária é matéria de competência do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária, bem como a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária.

Art. 63 - A legislação tributária é matéria de competência do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária, bem como a fiscalização e o controle da execução da legislação tributária.

10

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e Dignos Pares, o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1995, nos termos do Art. 165, da Constituição Federal e dispositivos constantes da Lei Orgânica Municipal.

O atual processo orçamentário tem seu momento mais importante, na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que se caracteriza pela definição das prioridades relativas às ações da Administração Pública Municipal.

O Projeto de Lei em pauta, foi estruturado de forma a nortear a elaboração e execução orçamentária do Município, para o exercício de 1995, contendo no Capítulo I, as diretrizes gerais, com orientação comuns aos orçamentos.

No Capítulo II, estão as prioridades e metas da Administração Municipal, delimitadas nas Funções de Governo: Legislativa; Judiciária; Administração e Planejamento; Agricultura; Comunicações; Defesa Nacional e Segurança Pública; Educação e Cultura; Habitação e Urbanismo; Indústria, Comércio e Serviços; Saúde e Saneamento; Trabalho; Assistência e Previdência; e Transporte.

O Capítulo III, trata das diretrizes específicas para o Orçamento Municipal, compreendendo Receitas e Despesas da Administração Direta e Indireta, mantidas pelo Município.

No Capítulo IV, estão contempladas as orientações para os Orçamentos das Administrações Indiretas.

O Capítulo V, trata das alterações na legislação tributária, visando a sua revisão e atualização.

O Capítulo VI, contempla as alterações do Quadro de Pessoal e o VII, as disposições finais, norteadoras do processo orçamentário.

L U B T I C A T I V O

Expediente 1000000000

Expediente 1000000000

Resolução de 1998, a qual estabelece a estrutura da Diretoria de Planejamento e Gestão, a qual é a responsável pela elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e das Diretrizes Financeiras, bem como pela elaboração do Relatório de Gestão e do Relatório de Gestão Financeira.

O artigo 1º da Lei nº 10.099, de 1999, estabelece a estrutura da Diretoria de Planejamento e Gestão, a qual é a responsável pela elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e das Diretrizes Financeiras, bem como pela elaboração do Relatório de Gestão e do Relatório de Gestão Financeira.

O artigo 2º da Lei nº 10.099, de 1999, estabelece a estrutura da Diretoria de Planejamento e Gestão, a qual é a responsável pela elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e das Diretrizes Financeiras, bem como pela elaboração do Relatório de Gestão e do Relatório de Gestão Financeira.

O artigo 3º da Lei nº 10.099, de 1999, estabelece a estrutura da Diretoria de Planejamento e Gestão, a qual é a responsável pela elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e das Diretrizes Financeiras, bem como pela elaboração do Relatório de Gestão e do Relatório de Gestão Financeira.

O artigo 4º da Lei nº 10.099, de 1999, estabelece a estrutura da Diretoria de Planejamento e Gestão, a qual é a responsável pela elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e das Diretrizes Financeiras, bem como pela elaboração do Relatório de Gestão e do Relatório de Gestão Financeira.

O artigo 5º da Lei nº 10.099, de 1999, estabelece a estrutura da Diretoria de Planejamento e Gestão, a qual é a responsável pela elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e das Diretrizes Financeiras, bem como pela elaboração do Relatório de Gestão e do Relatório de Gestão Financeira.

O artigo 6º da Lei nº 10.099, de 1999, estabelece a estrutura da Diretoria de Planejamento e Gestão, a qual é a responsável pela elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e das Diretrizes Financeiras, bem como pela elaboração do Relatório de Gestão e do Relatório de Gestão Financeira.

O artigo 7º da Lei nº 10.099, de 1999, estabelece a estrutura da Diretoria de Planejamento e Gestão, a qual é a responsável pela elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e das Diretrizes Financeiras, bem como pela elaboração do Relatório de Gestão e do Relatório de Gestão Financeira.

Assinatura

Desse modo, entendendo ser a "LDO", um importante instrumento na condução das finanças públicas e na definição das prioridades e respectiva alocação de recursos, é que submeto aos Senhores Vereadores, o anexo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 1995.

Pago Municipal "Prefeito Adail Bolivar Rother", XXXIII da Instalação, Gabinete do Prefeito, aos quinze dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro. (15.08.94)

Câmara Municipal de Ivaiporã

Lido em sessão realizada

Em 02/08/94
W. Rother - Prefeito Municipal

Dr. MELVIS MUCHIUTI
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO

02/08/94

Ata n.º 1.294

W. Rother - Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

CARLOS ROBERTO GARCIA

MD. Presidente do Legislativo Municipal de

Ivaiporã - PR

CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO

02/08/94

Ata n.º 1.294

W. Rother - Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO

02/08/94

Ata n.º 1.294

W. Rother - Prefeito Municipal

2

Recebido(s) nesta data:

Protocolo n.º 2997/94
Ivaipora, 25 de 08 de 1994

Marlene dos Reis Ribeiro

Câmara Municipal de Ivaiporã

Lido em sessão realizada

Em, 05 / 09 / 1994

Marlene dos Reis Ribeiro

CÂMARA DE VEREADORES Reunião Ordinária

APROVADO

Em 05/09/94

Ata(s) n.º 1 e 594

Marlene dos Reis Ribeiro

Director de Secretária

2ª

CÂMARA DE VEREADORES

Reunião Extraordinária

APROVADO

Edital Convocação
n.º 10/94

Em 05/09/94

Ata(s) n.º 1 e 595

Marlene dos Reis Ribeiro

Director de Secretária

CÂMARA DE VEREADORES

3ª
Reunião Extraordinária

APROVADO

Em 06/09/94

Ata(s) n.º 1 e 596

Marlene dos Reis Ribeiro

Director de Secretária



CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Praça dos 3 Poderes - CEP 86.870 - Cx. Postal, 2 - Fone: (DDD 0434) 72-1644 - IVAIPORÃ - Pr.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

COMISSÃO DE CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO DE LEI Nº 26/94 - Súmula: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 1995 e dá outras providências.

P A R E C E R

As Comissões Permanentes desta Câmara, em conjunto, ao examinarem o Projeto de Lei em epígrafe, constataram ser o mesmo constitucional e lógico, redigido em língua portuguesa, de conformidade com as regras e normas gramaticais, inexistindo portanto, reparos a fazer com referência a este item.

Quanto ao mérito, verifica-se que o mesmo dentro da sua ordenação de prioridades e metas, abrangem os vários segmentos da administração, com alcance à diversas categorias, e uma gama de assuntos que respondem orçamentariamente aos anseios da sociedade e propiciam a administração pública municipal desenvolver-se sem embaraço e de forma satisfatória, por isso emitem parecer opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões, aos cinco dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e noventa e quatro

ANTONIO RAIZER

PEDRO WILSON PAPINI

JOSÉ NARCISO DE MELO

THE HISTORY OF THE UNITED STATES

OF THE UNITED STATES OF AMERICA

FROM THE FIRST SETTLEMENTS TO THE PRESENT TIME

BY JAMES M. SMITH

NEW YORK: PUBLISHED BY J. B. LIPPINCOTT & CO.

1854

THE HISTORY OF THE UNITED STATES

OF THE UNITED STATES OF AMERICA

FROM THE FIRST SETTLEMENTS TO THE PRESENT TIME

BY JAMES M. SMITH

NEW YORK: PUBLISHED BY J. B. LIPPINCOTT & CO.

1854



CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Praça dos 3 Poderes - CEP 86.870 - Cx. Postal, 2 - Fone: (DDD 0434) 72-1644 - IVAIPORÃ - Pr.

EDITAL Nº 10/94

O Presidente da Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando a urgência que os assuntos requerem, sob pena de perderem seus objetivos;

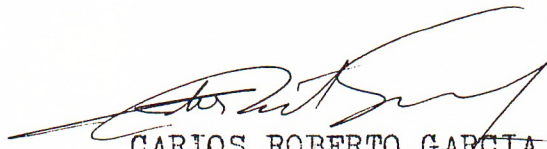
C O N V O C A

Os Membros desta Edilidade para duas sessões extraordinárias, sendo uma no dia 05/09/94 logo após a sessão ordinária e outra dia 06/09/94 às 9:00 hs, para serem apreciadas as seguintes matérias:

PROJETO DE LEI Nº 26/94 - Súmula: dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 1995 e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 27/94 - Ementa: Autoriza a doação de terreno ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ivaiporã e dá outras providências.

Sala das Sessões, aos dois dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e noventa e quatro.


CARLOS ROBERTO GARCIA
Presidente


ROBERTO BALBINO DA SILVA
1º Secretário

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE

THE HISTORY OF THE